

TRABALHO SEM FIM

Mal acabou o Período Letivo Excepcional e os professores já preparam as aulas do primeiro semestre de 2020. As aulas recomeçam em menos de 15 dias. A sensação é de exaustão, avaliam docentes da Praia Vermelha e da Letras

Página 6

NOVA TÉCNICA CONTRA CÂNCER

Pesquisadores da UFRJ descobriram tratamento inovador para combater tumores, a partir do uso de nanotecnologia. Trabalho foi publicado na *Nature Scientific Reports*. “É uma pesquisa 100% brasileira, 100% UFRJ”, resume o professor Dilson dos Santos

Página 3

EBSERH SOB DOIS OLHARES

Segundo capítulo de série de reportagens sobre a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares traz duas entrevistas com pontos de vista diferentes. Uma com Leôncio Feitosa, coordenador do Complexo Hospitalar da UFRJ, e outra com Nelson Souza e Silva, médico e professor titular da Faculdade de Medicina

Páginas 4 e 5

DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA

“Escrevo a miséria e a vida infausta dos favelados. Eu era revoltada, não acreditava em ninguém. Odiava os políticos e os patrões, porque o meu sonho era escrever e o pobre não pode ter ideal nobre. Eu sabia que ia angariar inimigos, porque ninguém está habituado a esse tipo de literatura. Seja o que Deus quiser. Eu escrevi a realidade.”

CAROLINA MARIA DE JESUS

Com prosa visceral e comprometida com a emancipação do povo negro, a escritora de ‘Quarto de Despejo’, livro de 1960, foi escolhida pelo CFCH para receber o título de Doutora Honoris Causa da UFRJ. Sua obra inspira diversas teses e estudos, e revela um olhar delicado e firme sobre o enraizamento do racismo no Brasil. No Dia da Consciência Negra, lembrar Carolina é saudar Zumbi, Milton Santos, Marielle Franco, Clementina de Jesus, Lélia González, Pixinguinha, Abdias Nascimento, Machado de Assis, Lima Barreto, Elza Soares e outros tantos grandes nomes da cultura negra no Brasil. Os professores da UFRJ celebram e refletem a data. Na última terça (17), aconteceu o primeiro encontro de docentes negros da universidade.

Páginas 2 (Editorial), 7 e 8

EDITORIAL

VIDAS NEGRAS IMPORTAM!

DIRETORIA

Os estragos provocados pela pandemia de covid-19 vão deixar marcas indeléveis na vida de cada um de nós e na sociedade como um todo. Perdas imensas, transformações profundas e uma sensação de que jamais poderemos voltar ao que existia. O novo coronavírus trouxe consigo uma espécie de lente de aumento para todas as nossas mazelas e iniquidades que, jogadas para baixo do tapete por tanto tempo, cobraram seu quinhão na hora de contabilizarmos perdas e danos. Difícil disfarçar a impiedade dos fatos.

O vírus não reconhece classe, cor ou idade, mas os seus efeitos, sim. Em diversos estudos aparecem os estragos maiores em regiões onde a renda é menor, onde há maior pobreza e menos aparatos de proteção às pessoas. São mais frágeis aqueles que vivem em situação de vulnerabilidade, sem acesso ao saneamento básico e água potável. Também nas escolas fechadas, a desigualdade deixa suas marcas, excluindo do precário ensino remoto aqueles que não possuem acesso à internet, nem condições de construir um ambiente propício ao estudo em suas moradias. Também estão muito mais expostos aqueles que dependem de transporte público, que não têm como opção o teletrabalho.

Mas nenhum desses dados é tão revelador quanto a indicação de que é a população negra quem mais sofre, pois é ela que está mais exposta a todos esses fatores. Ainda nos primeiros meses da pandemia, estudos já demonstravam que a população negra brasileira era a mais afetada, sendo que em São Paulo o risco de morrer de covid-19 é 62% maior para ela. Nos balanços das autoridades sanitárias, a taxa de mortalidade do coronavírus estava em 15,6/100.000 habitantes entre negros, e 9,6 entre os brancos. A proporção entre internações e óbitos é ainda mais reveladora: embora o número de pessoas negras internadas seja menor, o número de óbitos é maior. Menos acesso aos hospitais, saúde mais frágil porque também muitas vezes carregam comorbidades não conhecidas ou tratadas.

Não há novidade nesse quadro num país que ainda não conseguiu superar seu passado escravocrata.

A novidade é outra, e é dela que queremos falar nesse 20 de novembro de 2020. A escolha do título de Doutora Honoris Causa para Carolina de Jesus na UFRJ revela que alguma coisa também vem mudando no país. Fruto de uma luta incansável dos movimentos negros, de muitas gerações que construíram uma consciência negra no país, que formaram seus intelectuais e escreveram seus nomes na conquista de políticas públicas compensatórias, em ações afirmativas, e na paulatina construção por representatividade em todos os espaços sociais. Não é exagero afirmar que finalmente as prateleiras de nossas livrarias estão mais negras, como estão mais negras nossas salas de aula. É dessa enorme força que está nascendo um novo país, que muitos teimam em sufocar e fazer definhir. Desde o assassinato de Marielle Franco estamos em uma guerra declarada. Uma guerra que sempre existiu, que matou todos os anos milhares de jovens sem nome e sem futuro, mas que em março de 2016 foi escancarada numa ousadia que não acreditávamos que pudesse ocorrer: executaram uma vereadora em pleno centro da cidade, sob olhos de todos. Há algo de muito podre num país onde isso acontece, onde alguém que exalta um torturador é eleito. Mas as eleições da semana passada demonstraram que Marielle de fato foi semente. As candidaturas de mulheres negras em todo o país cresceram, frutificaram em luta e mais espaço.

Ainda está difícil respirar, mas eles passarão e nós...

Já estávamos fechando esta edição quando recebemos a notícia que pela primeira vez estava sendo organizado na UFRJ um encontro de docentes negros e negras. Repassamos a notícia, cobrimos o evento e é ele que encerra este jornal. Esperamos que seja também o início de um novo tempo para esta que foi uma das últimas universidades do país a aderir ao sistema de cotas. Agradecemos ao professor Vantuil pela organização do evento, do qual participamos com uma saudação e a garantia de que as portas da AdUFRJ estarão sempre abertas e à disposição. Que venham outros encontros, que a memória de Zumbi dos Palmares seja sempre lembrada, e que o Dia da Consciência Negra seja todos os dias, todas as horas, em todas as salas de aula, em todos os laboratórios.

INSALUBRIDADE: ADUFRJ QUER SABER QUEM TEM DIREITO E NÃO RECEBE



A AdUFRJ começa na segunda-feira, dia 23, um levantamento dos professores que deveriam receber o adicional de insalubridade ou radiação ionizante nos contracheques. O sindicato vai reunir os dados para buscar uma solução administrativa junto à reitoria.

Chegam ao sindicato diversas queixas de solicitações não analisadas pela pró-reitoria de Pessoal (PR-4). Há casos de pedidos novos ou de reinclusões, quando o docente perdeu o adicional por algum motivo e não conseguiu mais recuperá-lo.

Nas duas situações, o processo não é avaliado ou a própria equipe técnica da PR-4 se declara incapacitada para emitir o laudo, o que impede a concessão do benefício.

Além de ser uma forma de

retribuição mínima ao servidor que se expõe a agentes nocivos à saúde ao longo da carreira, o adicional também pode representar um caminho mais rápido para a aposentadoria. No início de setembro, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que os funcionários públicos podem converter o tempo especial trabalhado nestas condições de risco à saúde em um tempo comum, ampliando o período de contribuição.

Para participar do levantamento, será necessário acessar um formulário no google forms e preenchê-lo até o dia 2 de dezembro. Aqueles que já enviaram seus dados para os representantes da AdUFRJ na sua unidade não precisam fazê-lo novamente.

Participe e avise os colegas! Também será divulgada em breve a data de uma reunião para todos os interessados no assunto.

Acesse o link em: https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdnlyomizS8rHG1f29f_KbFoI7cu-Nh65shcbDRtgAcy7fNlw/viewform?usp=sf_link

MAIS UMA INTERVENÇÃO EM REITORIA

A semana termina com mais uma intervenção em universidades e institutos federais, a 16ª no governo Bolsonaro. O professor Gildásio Guedes, indicado em segundo lugar na lista tríplice para ocupar o cargo de reitor da Universidade Federal do Piauí, foi nomeado nesta quinta, 19 de novembro. Na lista formada pela UFPI, o professor André Macedo, que recebeu 22 votos no Conselho Universitário, era o primeiro nome; Gildásio, com 11 votos, estava em segundo; e a professora Nadir Nogueira, com seis votos, em terceiro.

Em consulta à comunidade acadêmica antes da elaboração da lista tríplice, a chapa de Gildásio venceu entre os estudantes, mas perdeu entre os professores e técnicos-administrativos para a chapa do professor André Macedo. Já na Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Bolsonaro respeitou a eleição interna que consagrou a professora Marcelle Nogueira em primeiro lugar na lista tríplice. A nomeação também ocorreu neste dia 19. No Instituto Federal do Maranhão, o professor Carlos Cesar, eleito pela comunidade, toma posse como reitor amanhã (20).

INTERVENTÔMETRO

X (16)
SOFERAM INTERVENÇÃO:
Nomeado o 2º colocado:
UFES – UFTM – IFSC – UFPI

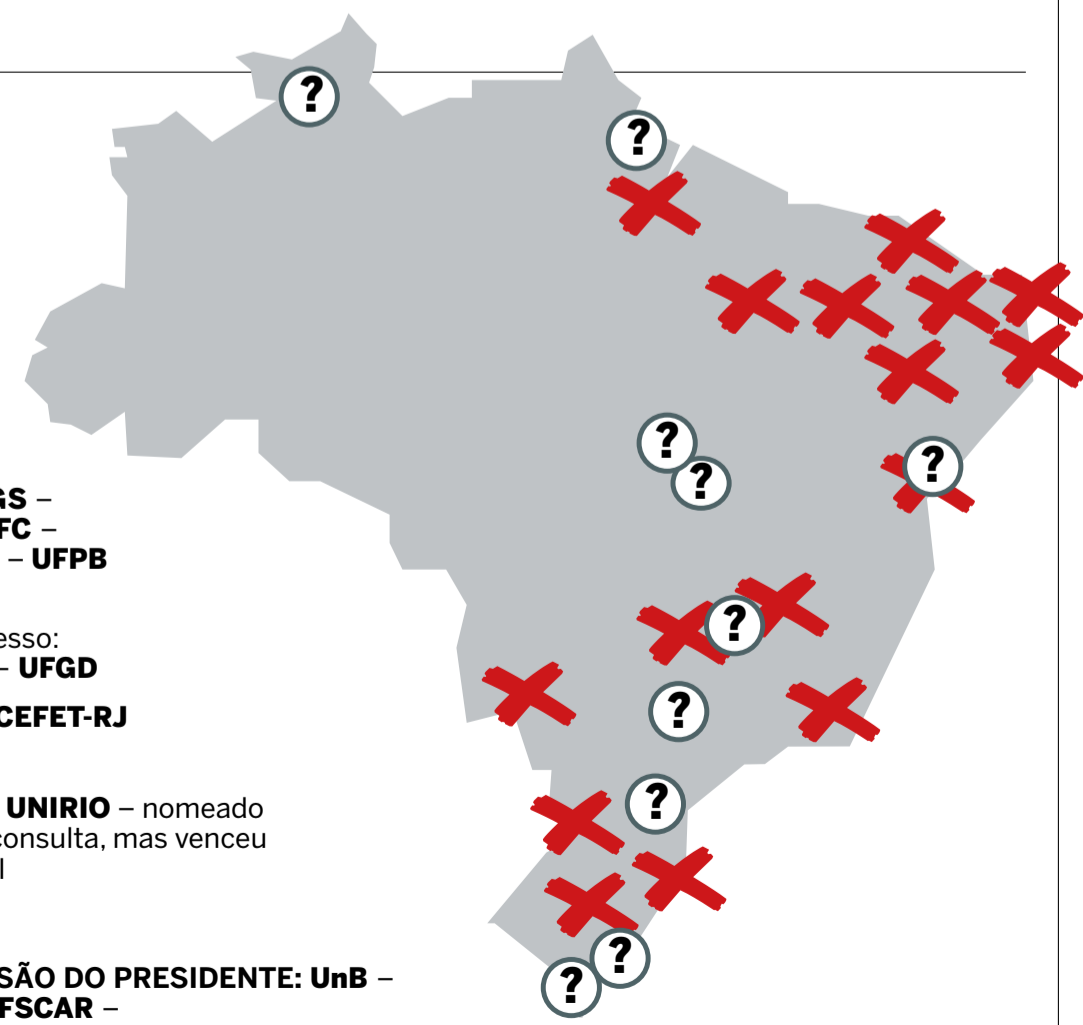
Nomeado o 3º colocado:
Unifesspa – UFRGS – UFS – UFRB – UFC – UFRSA – UFVJM – UFPB

Nomeado não participou do processo:
UNIVASF – IFRN – UFCG

Nomeado de fora: **CEFET-RJ**

(1)
CASO SINGULAR: **UNIRIO** – nomeado não participou da consulta, mas venceu no Colégio Eleitoral

(?) (10)
AGUARDAM DECISÃO DO PRESIDENTE: **UnB – UFS – UNIFEI – UFSCAR – IF FARROUPILHA – IF NORTE DE MINAS GERAIS – IF RORAIMA – UFPR – UFPEI – UFU**



Pesquisadores criam técnica inovadora contra câncer

> Tratamento promissor não agride células saudáveis e usa nanocubos de paládio para combater tumores. O estudo foi publicado na *Nature Scientific Reports* de outubro

SILVANA SÁ
silvana@adufrrj.org.br

Pesquisadores da UFRJ desenvolveram novos materiais nanoestruturados para tratamento de câncer. A tecnologia usa nanocubos de paládio que os funcionários públicos podem converter o tempo especial trabalhado nestas condições de risco à saúde em um tempo comum, ampliando o período de contribuição.

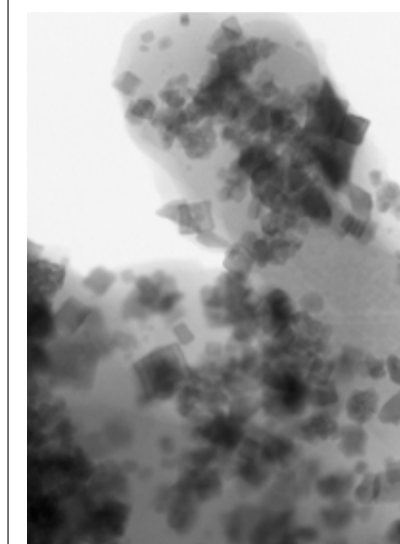
Para participar do levantamento, será necessário acessar um formulário no google forms e preenchê-lo até o dia 2 de dezembro. Aqueles que já enviaram seus dados para os representantes da AdUFRJ na sua unidade não precisam fazê-lo novamente.

Participe e avise os colegas! Também será divulgada em breve a data de uma reunião para todos os interessados no assunto.

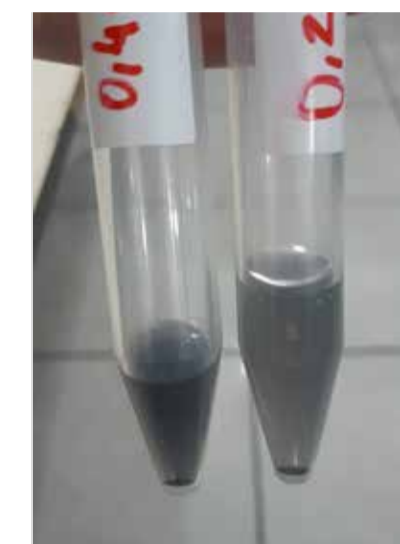
Acesse o link em: https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdnlyomizS8rHG1f29f_KbFoI7cu-Nh65shcbDRtgAcy7fNlw/viewform?usp=sf_link

As nanopartículas foram desenvolvidas na pesquisa de doutorado da aluna Cláudia Caldas Cruz, orientanda de Dilson e do professor Hélcio Orlande, também da Coppe, coautor do trabalho. “Nós já sabíamos que o paládio é um material biocompatível, que tem uma boa capacidade de armazenamento de hidrogênio e é muito estável. Portanto, sabíamos que poderia ser utilizado no ambiente biológico”, conta a jovem cientista.

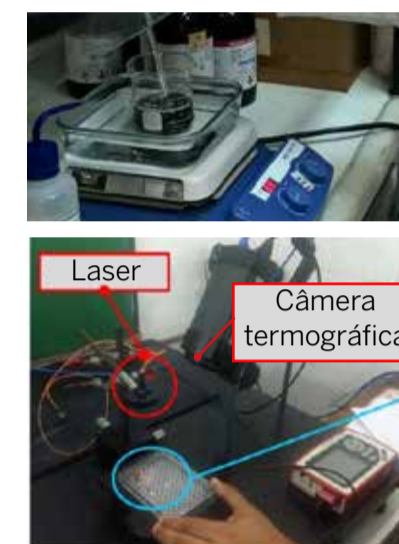
COMO FUNCIONA



1 – Nanocubos de paládio são diluídos em soro



2 – uma dose dessa solução é injetada sobre o tumor



3 – um laser de baixa potência é direcionado para a área do tumor

4 – as nanopartículas se aquecem liberando hidrogênio

5 – as nanopartículas contendo hidrogênio atingem temperatura capaz de desestruturar o câncer sem atingir as células saudáveis

“É uma pesquisa 100% brasileira, 100% UFRJ”

PROFESSOR DILSON DOS SANTOS
Coordenador do Programa de Engenharia de Nanotecnologia da Coppe.

gênio nos permite o aumento de temperatura focalizada nas células tumorais”.

O tamanho dos nanocubos torna a aplicação mais funcional e ampla. “Outros pesquisadores do mundo conseguem criar nanocubos de 50, 60, 70 nanômetros. Nós conseguimos ainda menores, de 20 nanômetros, com método de síntese em uma etapa só, muito mais rápido e simples”, orgulha-se a doutoranda. “O fato de ser menor vai acarretar que tenha mais capacidade de aplicação”, destaca Cláudia. “O grande problema dos tratamentos convencionais é que eles atingem todas as células. Usar os nanocubos de paládio com o hidro-

Para se ter uma ideia, a espessura de um fio de cabelo varia

de 60 a 140 microns. “O nanocubo é cerca de cinco mil vezes menor que a espessura de um fio de cabelo humano. Diluimos milhares de partículas dessas. Em laboratório usamos água destilada, mas para aplicação no corpo humano pode ser utilizado soro fisiológico ou solução medicamentosa apropriada”, destaca o professor Dilson, coordenador do trabalho.

O aquecimento dessas partículas é feito por laser. O docente explica a razão de não haver danos aos tecidos saudáveis. “Nosso corpo tem temperatura média de 36°C e pode aguentar temperaturas de até 43°C sem perder propriedades. Essas partículas alcançam essa temperatura, o que é suficiente para que o tumor perca propriedades e comece a morrer”.

Esse procedimento já existe nos Estados Unidos e em alguns países europeus, mas os cientistas brasileiros conseguiram resultados muito promissores. “O cério, por ter ação desoxidante, inibe também o desenvolvimento do tumor. E pode ainda ser aliado no tratamento de outras doenças, como o Mal de Parkinson e Doença de Alzheimer”, afirma o pesquisador.

O trabalho teve a cooperação do professor Claudio Lenz, especialista em laser, do Instituto de Física. Foi ele quem fez a montagem e a caracterização do laser utilizado na pesquisa. “Potência, distribuição e tamanho do feixe de luz, tudo isso é necessário saber para compreender como o calor será difundido”, explica o cientista. “É algo importante

não só para alcançar os resultados desejados, como para permitir que sejam reproduzidos”.

A pesquisa, ele conta, é bastante promissora. “Quando o nanocubo é aquecido, ele libera o hidrogênio, que potencializa o calor. É uma das reações mais potentes da natureza. É como se mandássemos pequenas bombinhas para o entorno do câncer e, a partir do laser, essas “bombas” fossem ativadas para desestruturar o tumor”, compara.

O professor Dilson destaca a importante participação do professor Orlande, dos programas de Engenharia Mecânica e Engenharia da Nanotecnologia, responsável pelo Laboratório de Tecnologia de Transmissão de Calor da Coppe. Neste laboratório foram realizadas as medidas de análise fototérmica, com a colaboração de seu aluno de doutorado Nilton da Silva, do Programa de Engenharia Mecânica da Coppe e professor da Universidade Federal do Amazonas. Houve, ainda, a participação da doutoranda Amanda Castilho, do Programa de Engenharia da Nanotecnologia da Coppe e de Viviane Favre-Nicolan, doutora pelo Programa de Engenharia Metalúrgica e Materiais da Coppe.

O próximo passo da pesquisa é realizar testes *in vivo*, em parceria com o Centro de Ciências da Saúde. Esta fase deve ter início no próximo ano. “Vamos passar aos testes *in vivo* para aprimorar a técnica de uso em tecido humano”, diz o professor Dilson. “É uma pesquisa 100% brasileira, 100% UFRJ”, finaliza.

PERFIL



DILSON SILVA DOS SANTOS
60 anos

Coordenador da pesquisa
Graduação em Física pela Faculdade de Humanidades Pedro II, mestrado e doutorado em Engenharia Metalúrgica e de Materiais pela Coppe
Coordena o Programa de Engenharia de Nanotecnologia da Coppe e o Laboratório de Propriedades Mecânicas da Metalurgia

Pesquisador 1C do CNPq



CLÁUDIA CALDAS CRUZ
33 anos

Desenvolvedora do nanocubo de paládio
Graduação em Química pelo Instituto de Química da UFRJ

Mestra e doutoranda do Programa de Engenharia de Nanotecnologia da Coppe



HÉLCIO ORLANDE
55 ANOS

Graduação e mestrado em Engenharia Mecânica pela UFRJ

Doutorado em Engenharia Mecânica pela North Carolina State University

Professor Titular do Programa de Engenharia Mecânica da Coppe

Pesquisador 1A do CNPq

EBSERH

Aderir ou não aderir? Questão divide opiniões

> O Jornal da AdUFRJ abre mais uma vez suas páginas ao debate. Dois renomados especialistas falam sobre a possibilidade de adesão dos hospitais da UFRJ à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

SILVANA SÁ
silvana@adufrrj.org.br

O recente pedido para que a reitoria retome as discussões sobre uma possível adesão à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebsersh), feito pelos gestores dos hospitais universitários da UFRJ, acendeu a polêmica na comunidade acadêmica. Favoráveis e contrários à medida já iniciaram uma série de debates e conversas para de-

fender seus pontos de vista. O Fórum – fórum constituído pelas entidades representativas da universidade, dentre elas a AdUFRJ – apontou a necessidade de discutir a realidade concreta do Complexo Hospitalar e pensar em soluções na universidade antes de avaliar a adesão à Ebsersh.

A edição passada do **Jornal da AdUFRJ** abriu espaço para a polêmica e relembrou todo o processo de discussão que agitou a universidade entre os anos de 2012 e 2013. O imbróglio foi tamanho que houve briga física numa das sessões do Conselho



Universitário. Pressionado, o então reitor, professor Carlos Levi, retirou o tema da pauta no dia 26 de setembro de 2013 e não tocou mais no assunto até o final de seu mandato.

Para dar seguimento ao tema e estimular o debate saudável

de ideias, trazemos nesta edição duas entrevistas com visões diferenciadas sobre o Complexo Hospitalar, sobre a Ebsersh e sobre possíveis caminhos para solucionar os problemas enfrentados pela área assistencial da universidade. O professor

emérito Nelson Souza e Silva, ex-diretor do Instituto do Coração Edson Saad, é um conhecido crítico à adesão da UFRJ à empresa. Ele explica as razões de não concordar com a contratualização e aponta quais devem ser as prioridades para a melhoria da gestão dos hospitais. Favorável à reabertura do debate, mas não necessariamente à Ebsersh, está o coordenador do Complexo Hospitalar, o médico Leôncio Feitosa. Seu desejo é que a universidade busque conjuntamente soluções para os problemas enfrentados pela rede de hospitais.

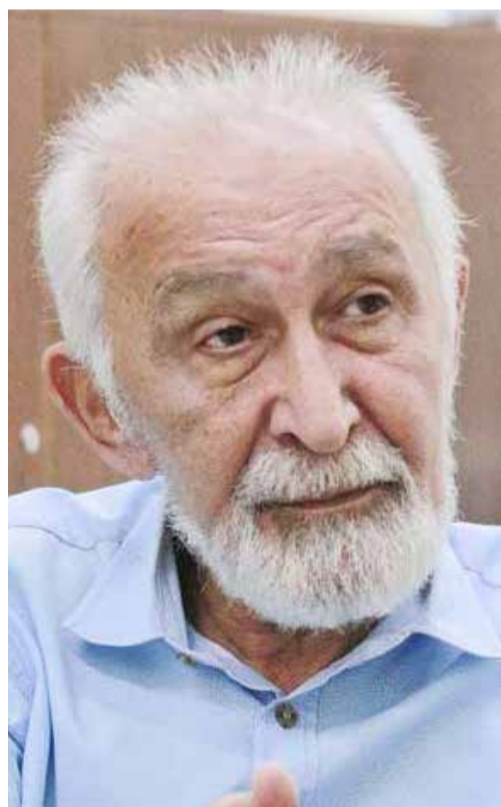
ENTREVISTA | LEÔNCIO FEITOSA COORDENADOR DO COMPLEXO HOSPITALAR DA UFRJ

Jornal da AdUFRJ – Qual a função do Complexo Hospitalar?

Leôncio Feitosa – O Complexo Hospitalar e da Saúde é um órgão da estrutura média que equivale hierarquicamente às decanias. Foi criado para coordenar seus componentes da área de atenção à saúde, unindo assistência, pesquisa e ensino. Atuamos na gestão direta, como, por exemplo, compartilhamento de compras, serviços de limpeza e alimentação. Isso melhora o padrão da qualidade de serviço e também reduz custos. Estamos implantando, em convênio com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, um sistema de gestão de informática chamado AGHUSE. Já implantamos o módulo de ambulatório do Instituto Deolindo Couto e no Instituto de Psiquiatria. Quando estiver completo, o sistema permitirá, por exemplo, que nossos pacientes tenham prontuário único digital, que possibilita agilizar o atendimento em qualquer unidade de saúde. Outra linha de atuação é montar um sistema de avaliação das novas tecnologias em insumos de saúde, que avalie também a qualidade geral nos hospitais. As iniciativas contam com apoio integral da reitoria e de todos os órgãos. Fazemos um trabalho muito próximo do Centro de Ciências da Saúde, porque o CCS tem o olhar da área acadêmica. São perto de 400 pesquisas em andamento nos hospitais. O que nos diferencia dos hospitais comuns é o nosso objetivo, que é o ensino de graduação e de pós-graduação. Nós existimos na universidade para ensinar.

Quais são os principais problemas enfrentados pelos hospitais?

Temos uma crise de financiamento, que se agudiza a partir do ano que vem com o corte de 16% no orçamento do MEC. É uma crise de pessoal. O HU, que é nosso maior hospital, já teve 500 leitos abertos. Na pandemia, o diretor Marcos Freire chegou a 320 leitos, por meio de contratos temporários. Mas com essas contratações acabando em dezembro,



o hospital cai para 200 leitos. A redução no orçamento nos faz pensar em provavelmente reduzir mais leitos, porque vai faltar dinheiro. Ainda há a questão de alimentação, de limpeza, de segurança. Há um déficit em torno de 1.200 profissionais em toda a área de saúde e estão proibidos concursos. Quando se reduz leito, se reduz a qualidade do ensino, o número de cirurgias, o que reduz também o número de residentes.

Se nada for feito para melhorar o quadro, o que pode acontecer?

Alguns programas de residência correm o risco de fechar a médio prazo. O Programa de Residência Médica da UFRJ sempre foi um evento nacional, com gente participando do Brasil inteiro. Com a situação assistencial ruim, também cai o número e a qualidade daqueles que nos procuram. Isso tudo reduz a qualidade de ensino, de pesquisa e de extensão. Quando olhamos para 2021 e 2022, bate uma tristeza. Nossas unidades de saúde vão definir. A ideia parece ser a de estran-

gular as universidades públicas federais, daí elas passam a não valer nada e o setor privado nos invade. Um trabalho hercúleo construído ao longo de décadas que em poucos meses pode ser completamente destruído.

O senhor considera a Ebsersh uma solução para a universidade?

O cálculo que fizemos é que a UFRJ vai deixar de gastar mais de R\$ 80 milhões com os hospitais, o que faz com que a universidade consiga reduzir seu déficit orçamentário. Aderir à Ebsersh é uma forma de resistir. Funciona como um golpe de judô: utilizamos um pouco a força deles e mantemos a nossa estrutura funcionando, até que tenhamos uma situação mais favorável. Não é o ideal. Mas é a única solução possível nesse cenário atual político. Mas queremos, enquanto Complexo Hospitalar, abrir a discussão.

O senhor, então, é a favor do debate.

Que não pode ser muito longo. Todo dia que a gente acorda está um pouco pior. Só no mês de outubro foram cerca de 70 aposentadorias. Precisamos de uma definição porque o quadro é dramático. Queremos que pessoas ou grupos apresentem projetos concretos para retomarmos contratação de pessoal, abrir novos leitos, que preveja recursos para aquisição de insumos e equipamentos. Mas não pode ser algo só do campo das ideias. De 2013 até hoje a área de saúde vem decaindo e a tendência é de cair mais rápido com o atual governo reduzindo recursos e proibindo concursos. Se o “paciente” for para o CTI, a recuperação fica muito mais difícil.

Os críticos enxergam risco de privatização da empresa e, por consequência, a perda da gestão dos hospitais universitários. Este é um cenário possível?

Privatização, interferência administrativa nos hospitais e que fere a autonomia universitária. Estes eram os três princi-

pais argumentos de quem era contrário à empresa em 2013. Então fomos ler o regimento da Ebsersh. Vimos que, primeiro, um dos artigos diz que a Ebsersh só se relaciona com hospitais universitários que atendam unicamente ao SUS. A Ebsersh não pode se relacionar sequer com Santas Casas, que são filantrópicas. Então, em relação à privatização, este argumento não se sustenta. Em relação à interferência administrativa, eles foram flexibilizando e as reitorias hoje escolhem os gestores dos hospitais. Se as duas primeiras questões levantadas à época não têm validade hoje, então a empresa não fere a autonomia universitária. Na época, essa discussão tinha muita razão de existir. Hoje, passados sete anos, desconheço queixa dos gestores dos hospitais ou da Andifes em relação à Ebsersh.

Em caso de contratação da empresa, haverá fragmentação ou é possível continuar existindo o Complexo Hospitalar?

Essa estrutura do Complexo Hospitalar pode ser mantida com a Ebsersh, não é necessário que haja um desmembramento desses hospitais. O complexo se torna um interveniente. A relação em rede é muito vantajosa, tanto do ponto de vista financeiro, quanto de protocolos médicos, da enfermagem, de medicamentos, em relação à distribuição e controle de qualidade. Quando se trabalha em rede, a reunião de ideias sempre produz coisas melhores que a fragmentação.

O que o senhor defenderia como proposta para os hospitais da universidade?

Defendo uma proposta de um novo estudo de orçamento para as unidades de saúde, defendendo a abertura de concurso para todos os níveis, para acabar com o problema dos extraquadros. Mas são propostas inviáveis neste governo. Se eu chegar em Brasília com essa proposta, serei apedrejado.

EBSERH

ENTREVISTA | NELSON SOUZA E SILVA PROFESSOR EMÉRITO DA FACULDADE DE MEDICINA DA UFRJ

Jornal da AdUFRJ – Qual seu balanço sobre o Complexo Hospitalar desde que foi instituído?

Nelson Souza e Silva – A unidade orçamentária Complexo Hospitalar foi criada para gerir os recursos das unidades de saúde da UFRJ. A vantagem de sua existência é que permite reuniões regulares entre os diretores para discutir em conjunto as questões dos hospitais. O que, para mim, ainda está pendente é o seu Conselho Deliberativo, que é formado por todas as unidades acadêmicas que atuam nos hospitais e permite decisões coletivas envolvendo ensino, pesquisa, extensão e assistência.

Há vantagens financeiras, ou somente acadêmicas?

Foi feita uma planilha contendo tudo o que os hospitais universitários produzem e oferecem para o SUS. Esses serviços levavam a pontuações específicas que indicavam qual era a complexidade de cada uma dessas unidades e o percentual do orçamento que cada uma receberia do Ministério da Saúde. Na UFRJ, os hospitais, individualmente, somavam poucos pontos. A Maternidade de Escola não tem cirurgia de alta complexidade. O HU não tem maternidade. Mas quando a gente avalia o Complexo como um todo, além de atingir a pontuação máxima, a gente alcança 70% a mais de recursos. Esta é mais uma grande vantagem da estrutura.

O senhor considera que a Ebsersh é uma boa saída para os hospitais universitários?

Não. No fundo, a Ebsersh nem deveria existir. Uma empresa prestadora de serviços, do ponto de vista administrativo, não deveria ter sido criada. Há o SUS e toda uma rede de universidades que já fazem a administração dessas unidades de saúde. No âmbito da UFRJ, criamos o Complexo Hospitalar para nos autogerenciar.



Os diretores alegam problemas administrativos e financeiros e alguns sugerem que a empresa possa solucionar-los. Esta não é uma possibilidade?

Não vai trazer dinheiro, porque o orçamento da empresa é o mesmo do MEC e restrito pelo mesmo teto de gastos a que somos submetidos. Então, é uma ilusão achar que a Ebsersh vai nos dar recursos adicionais. Os argumentos são os mesmos de sete anos atrás. Acabou se caracterizando como uma chantagem aquela história de que não teríamos orçamento. Estamos há sete anos com orçamento, com as unidades em funcionamento. Na versão anterior do contrato, os bens da UFRJ seriam alienados para a empresa. O hospital universitário, com a questão da pandemia, recebeu recursos e equipamentos como ecocardiógrafo, ressonância, renovou seus leitos de CTI. Isso veio para a UFRJ. Se fôssemos contratualizados, seria tudo patrimônio da empresa.

O que achou de a UFRJ ter tirado o

tema de pauta em 2013? Foi a melhor saída?

O Conselho Universitário decidiu sobre este assunto e a decisão foi a de não continuar a discussão. A Procuradoria-Geral da República moveu uma Ação Direta de Inconstitucionalidade contra a Ebsersh em 2013 que ainda não foi julgada pelo Supremo Tribunal Federal. Ela dissocia ensino, pesquisa e extensão. É apenas uma empresa de assistência hospitalar e não pode contratar professor. O hospital não é uma empresa, pertence à universidade, funciona a partir de seu tripé estruturante. Nossa lógica não é a do lucro, mas da prestação de serviços adequados.

Mas nem sempre o HU, que concentra a maior parte dos problemas, consegue oferecer serviços adequados. Há problemas históricos, como leitos insuficientes.

O fator limitante voltou a ser pessoal. Precisamos buscar o orçamento necessário e lutar pela abertura de mais vagas. A universidade tem que enfatizar seu papel constitucional.

A que o senhor atribui a retomada da discussão sobre Ebsersh neste momento?

Novamente aos extraquadros, grande volume de aposentadorias com dificuldade de reposição. A juíza (Maria do Carmo Freitas Ribeiro, da 19ª Vara Federal do Rio de Janeiro) deu uma definição jurídica para resolver este problema de pessoal (em 2016). Determinou a substituição dos extraquadros por aprovados em concursos anteriores, solicitou dimensionamento de pessoal. Nós fizemos isto no Instituto do Coração e hoje não temos extraquadros. Também é possível prorrogar as contratações temporárias enquanto a pandemia continuar. A Ebsersh não é solução. Ela nos divide. Devíamos estar unidos e focados no orçamento para 2021.

Aderir à Ebsersh no governo Bolsonaro

“A Ebsersh não é solução. Ela nos divide. Deveríamos estar unidos e focados no orçamento para 2021.”

pode representar um risco adicional?

Neste momento, neste governo, isto é um desastre. A política deste governo é de privatizar tudo o que é público, todas as empresas. No Ministério do Planejamento há a lista das empresas a serem privatizadas. A Ebsersh consta como “passível de privatização”. Isso está efetivamente na pauta.

Na sua visão, qual a solução para a gestão de pessoal e financeira dos hospitais da UFRJ?

É preciso exigir recursos, ir a Brasília, lutar para que o orçamento dos hospitais universitários venha de três fontes: Ministério da Educação, Ministério da Saúde e Ministério de Ciência e Tecnologia, para caracterizar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. É preciso lutar para quebrar o teto de gastos. Hoje, por conta da pandemia, existe clima político para que a Emenda Constitucional 95 seja derrubada. É preciso assumir esta luta política. A universidade toda precisa estar junta.

IPPMG ANUNCIA FIM DE CONTRATOS COM TERCEIRIZADOS

A mão de obra dos hospitais universitários da UFRJ corre sérios riscos de escassez. O Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira (IPPMG) anunciou para novembro e dezembro o fim dos contratos com terceirizados, profissionais que deram um suporte fundamental nos últimos meses à unidade localizada na Ilha do Fundão. Contemplado pelo apoio emergencial de enfrentamento da pandemia, o instituto não tem mais recursos para renovar com esses profissionais.

“Desde junho, a gente começou a incorporar esses profissionais aos serviços do instituto”, conta o enfermeiro Bruno Leite Moreira, diretor-geral do IPPMG. A parceria de seis meses com a empresa MedPrime, que forneceu enfermeiros, nutricionistas, psicólogos, fisioterapeutas, biomédicos e técnicos de enfermagem, farmácia, laboratório e radiologia, chega ao fim no dia 2 de dezembro.



ra, serão 38 disponíveis, além dos oito na UTI e 12 na emergência.

“Sem essa mão de obra terceirizada, nós vamos contar apenas com os servidores e com os extraquadros”, comenta Bruno.

Desde o início da pandemia, os servidores podem pedir licença por autodeclaração de comorbidades, doenças crônicas, idade ou gestação. A pediatria tem muitas profissionais mulheres, algumas delas gestantes, mas o diretor ressalta que houve poucos pedidos de afastamento por idade.

Desde março, o instituto se concentrou no enfrentamento da pandemia, mas não pôde interromper o atendimento de certas especialidades, como a Neurologia. “Nós somos um hospital de média e alta complexidade, então as nossas demandas estão disponíveis na Clínica da Família para consultas de primeira vez”, explica Bruno. O movimento de retomada dos pacientes começou a crescer em junho. Normalmente, são realizados cerca de 450 atendimentos por mês, média que hoje está na faixa dos 280.

Coordenadora-geral do Sinturfj e enfermeira do IPPMG, Gerly

Miceli vê a necessidade de a universidade revisar e, em alguns casos, realocar a sua mão de obra. “Os cargos em extinção, como maqueiro e mensageiro, são importantes para o funcionamento do hospital, e as empresas estavam cumprindo esse papel. Infelizmente, com mais uma redução do orçamento por parte do governo Bolsonaro, está chegando a essa situação de penúria”, critica.

A pró-reitoria de Planejamento, Desenvolvimento e Finanças (PR-3) da UFRJ não vê alternativa. “Nosso orçamento já é deficitário, terá uma redução de 16,5% no próximo ano e estes contratos só foram celebrados por conta dos recursos extraordinários. Sei que o Complexo Hospitalar busca sempre novas fontes, mas no momento não temos nada concreto, e no orçamento da UFRJ é totalmente inviável absorver estes custos”, explica o pró-reitor Eduardo Raupp. **(Kim Queiroz)**



PLE acaba e começa 2020: trabalho sem fim

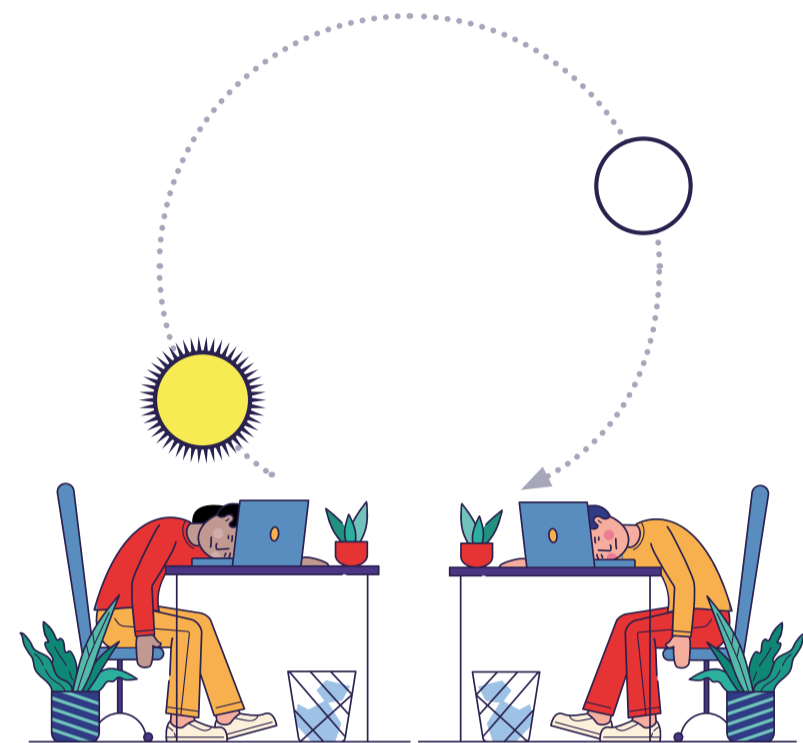
> Segundo capítulo da série de reportagens mostra a avaliação de professores do campus da Praia Vermelha e da Letras sobre o Período Letivo Excepcional

KELVIN MELO
kelvin@adufrrj.org.br

Período Letivo Excepcional acabou no dia 16 só para as aulas. Na prática, professores ainda correm contra o tempo para corrigir provas, lançar notas e organizar o próximo semestre letivo, que já começa em 30 de novembro. Mesmo exaustos, os docentes também também avaliaram a inédita experiência do ensino remoto para o **Jornal da AdUFRJ**, na segunda matéria da série sobre o PLE.

“A impressão é de um trabalho sem fim”, disse a professora Marta Castilho, do Instituto de Economia, que corrigia provas, um dia após o fim do PLE. “Saio deste semestre cansada, mas feliz. Os alunos, desde o início, ficaram muito contentes em voltar às aulas”. A docente, porém, se ressentiu de mais infraestrutura para o ensino remoto. “Por exemplo, de melhores programas, mais orientação. Mas o saldo foi positivo”.

Marta entende que a experiência do PLE preparou alunos e colegas para o que ainda está por vir. E serviu para dar uma “chacoalhada” na forma de lecionar. “Vamos levar algumas inovações quando voltarmos ao presencial. Isso pode nos ajudar a incluir outras ferramentas e



formas de organizar os cursos”, afirmou.

O Instituto de Psicologia adotou a estratégia de direcionar o PLE para os concluintes — quem estivesse com até 32 créditos para acabar o curso — e semiconcluintes (até 48 créditos). Entre os 1.011 alunos da unidade, 290 se inscreveram no período. Diretora de graduação do instituto, a professora Ana Cunha explica que a decisão tomou como base a resolução do CEG que dava prioridade no PLE, o grupo de potenciais formandos. Mas isso não quis dizer que houve poucas aulas. “Todas as disciplinas foram oferecidas. Muitas vezes, o aluno que está se formando precisa de disciplina do primeiro período, do segundo período”, disse. “E houve uma adesão maciça dos professores, que foram muito colaborativos”.

O balanço da iniciativa ainda está em andamento.

O instituto também criou um grupo de trabalho para pensar estratégias pedagógicas para o ensino remoto, que começou a se reunir em julho. De olho no próximo período, o GT já prepara um documento com recomendações aos professores. Mas Ana não esconde sua preocupação com 2020.1. “Grande parte dos alunos entrará agora de forma remota. Se já tivemos problemas de acesso no PLE, com um grupo menor, imagina agora. A política de benefícios da UFRJ não conseguiu dar conta de todos os alunos”, disse.

ECO: DISCIPLINAS COMPLEMENTARES

A Escola de Comunicação enfatizou, no PLE, a oferta de disciplinas complementares. E vai

inverter a tática nos períodos regulares de 2020.1 e 2020.2, com ênfase nas obrigatórias. “As complementares são muito atrativas. Raríssimas turmas tiveram vagas ociosas”, disse o diretor de graduação da ECO, professor Sandro Tôrres. E 95% do corpo docente aderiu às aulas remotas.

“No meu balanço, foi excelente a ideia do PLE. Houve problemas de calendário, mas serviu de balão de ensaio para alunos e professores”, afirmou. Entre os docentes, vários devem manter as práticas descobertas no ensino remoto, quando for possível a volta ao ensino presencial. Entre os alunos, o aprendizado é quanto à dosagem do tempo: os que se matricularam em muitas disciplinas, sentiram uma carga pesada demais e fizeram trancamentos. “Quem pegou oito disciplinas, no 2020.1 vai pegar quatro ou cinco”.

A Faculdade de Letras saiu na frente: os docentes divulgaram uma carta de avaliação com várias críticas ao período excepcional, no dia 10. A professora Luciana Salles, que integra o Conselho de Representantes da AdUFRJ, informa que um dos pontos mais urgentes da carta são as férias “que nos foram ‘roubadas’”. “Não só pela questão do descanso (e estamos todos exaustos), mas também pela questão de preparação dos cursos”, argumentou. “É humanamente impossível preparar um novo período em duas semanas, sobretudo numa faculdade que atende mais de quatro mil alunos de graduação”, completou.

Outra demanda urgente tem relação com os professores substitutos que, segundo a carta, além dos gastos altos, salários defasados e carga horária elevada, vivem sob a ameaça de cancelamento dos contratos.

A unidade, que realizou uma

pesquisa junto aos alunos antes do PLE, pretende fazer mais uma, agora de avaliação do período. “Como estamos sobrecarregados, provavelmente deve ser feita depois que 2020.1 começar”, concluiu.

EDUCAÇÃO E LETRAS: AVALIAÇÃO RIGOROSA

Já na Faculdade de Educação, a tarefa do momento é levantar os números e recolher relatos de docentes e alunos para fazer uma avaliação rigorosa do PLE. “Temos de fazer a apreciação com base em dados. Faz parte da prudência. Somos os cientistas da Educação”, afirmou a coordenadora de graduação da Pedagogia, professora Silvana Fernández.

A unidade, desde o início da pandemia, formou um grupo de trabalho de planejamento e organização das ações. “No GT, organizamos formulários com várias questões, um para discentes, um para docentes”. O objetivo é saber como cada segmento atravessou o semestre letivo. “Não é definitivo, mas pode dar pistas do que deu mais certo, do que deu menos certo, do que seria necessário reforçar”.

A Faculdade de Letras saiu na frente: os docentes divulgaram uma carta de avaliação com várias críticas ao período excepcional, no dia 10. A professora Luciana Salles, que integra o Conselho de Representantes da AdUFRJ, informa que um dos pontos mais urgentes da carta são as férias “que nos foram ‘roubadas’”. “Não só pela questão do descanso (e estamos todos exaustos), mas também pela questão de preparação dos cursos”, argumentou. “É humanamente impossível preparar um novo período em duas semanas, sobretudo numa faculdade que atende mais de quatro mil alunos de graduação”, completou.

Outra demanda urgente tem relação com os professores substitutos que, segundo a carta, além dos gastos altos, salários defasados e carga horária elevada, vivem sob a ameaça de cancelamento dos contratos.

A unidade, que realizou uma

ADUFRJ, DCE E SINTUFRJ ANALISAM SEMESTRE REMOTO

Necessário, mas com muitos problemas. As entidades representativas de professores, estudantes e técnicos-administrativos são unânimes na caracterização do Período Letivo Excepcional.

“Com todas as dificuldades, foi melhor fazer do que não fazer”, afirma a presidente da AdUFRJ, professora Eleonora Ziller. “É sempre bom lembrar que a universidade não parou, mas a graduação é o nosso vínculo primeiro com a população. Foi melhor ter vivido a experiência e de alguma forma retomar o contato com os alunos”.

A AdUFRJ procurou ampliar um dos recessos do calendá-

rio remoto para minimizar o desgaste da comunidade acadêmica, mas o Consumi rejeitou a solicitação. “Temos absoluta convicção de que os professores precisariam de pelo menos mais uma semana. Apesar de ser um tempo pequeno e insuficiente, já seria um período mínimo para os procedimentos administrativos e para os docentes respirarem um pouco”, completou Eleonora.

Antônia Velloso, do DCE, também considera que o PLE deveria ser realizado, mas poderia ser conduzido de outra forma. “Eu acho que foi uma medida necessária. Não existe oficialmente uma previsão para a gente voltar (ao ensino presencial). Mas, na

nossa opinião, foi pouco dialogada e poderia ser melhor aplicada”, disse.

Como exemplo, a representante estudantil critica a conturbada oferta de vagas no início do PLE. Aluna do sexto período da História, Antônia perdeu as duas primeiras semanas de aula até conseguir a inscrição em algumas disciplinas. Ela também criticou o fato de os alunos precisarem se deslocar até a universidade para receber os chips de auxílio ao ensino remoto. E que alguns enviados pelos Correios até hoje não chegaram ao destino.

Antônia já recebeu relatos de estudantes reclamando de muitas avaliações realizadas no cur-

so Período Letivo Excepcional, além de professores que não gravam as aulas. “Das minhas quatro disciplinas, só um dos professores gravava”, observou. Para o próximo período, a preocupação dos estudantes é que nem todas as disciplinas sejam ofertadas. “O PLE, de uma hora para outra, foi aprovado como parte integrante de 2020.1”, observou.

Damires França, coordenadora de Educação do Sintufrj, tratou dos impactos do período remoto no cotidiano dos servidores. Deslocados para casa pelas regras do isolamento social, os funcionários das secretarias acadêmicas sofrem para dar

conta das demandas administrativas sem a devida infraestrutura. “Creio que a maioria dos trabalhadores não tem os equipamentos e internet boa. Eu mesma tive que pegar um laptop emprestado”, disse.

Também representante suplente dos técnicos-administrativos no Conselho de Ensino de Graduação (CEG), Damires acompanhou de perto a discussão do calendário acadêmico remoto. A coordenadora do Sintufrj lamentou os curtos recessos entre os períodos. “Vamos ter que trabalhar nos fins de semana. Calendário apertado sobrecarrega as secretarias acadêmicas”, disse.

ENTREVISTA | ANDRÉ BOTELHO Presidente da Anpocs

‘O PRESENTE ESTÁ CHEIO DE PASSADO’

O professor do IFCS André Botelho foi eleito para a presidência da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs) com um enorme desafio: enfrentar um projeto de governo que asfixia a pesquisa, sobretudo nas áreas de Ciências Humanas, alvo preferido dos ataques do bolsonarismo. Sociólogo com especialização em pensamento social brasileiro, André conversou com o **Jornal da AdUFRJ** sobre as tarefas das Ciências Sociais no Brasil de hoje, e traçou um retrato do conservadorismo autoritário instalado no Palácio do Planalto.

LUCAS ABREU
lucas@adufrrj.org.br

O bolsonarismo tem paralelo com alguma tendência conservadora na história brasileira?

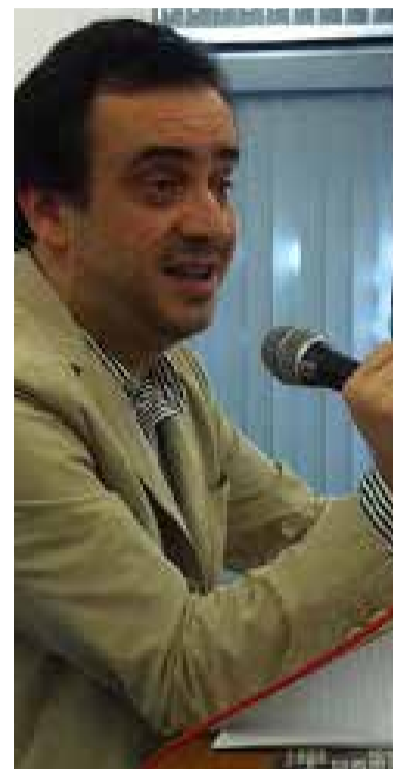
O bolsonarismo não surgiu do nada. Há processos sociais em curso, que foram intensificados sobretudo nos últimos governos do PT, que interferiram muito diretamente em uma dinâmica tradicional da sociedade brasileira, aumentando a mobilidade social. O Estado que desenvolve uma política de cotas reconhece uma situação de injustiça histórica contra um grupo. Esse tipo de reconhecimento, que é fundamental, vai gerar também reação. A classe média passou a ter que competir com grupos e indivíduos que estavam chegando de baixo a postos que antes eram quase que exclusivos dela.

As pessoas se manifestavam nos últimos anos com faixas como “Quero meu Brasil de volta”. De que Brasil você está falando? De uma sociedade hierárquica, em que o conflito tinha pouca visibilidade? É difícil dizer que o bolsonarismo seja algo que não tenha lastro na sociedade. Percebemos que a democracia na sociedade brasileira não é um valor universal, não é um ponto pacífico.

Percebemos que determinadas posições do que é e do que deve ser o Brasil não se realizam no vazio. Elas retomam, muitas vezes, posições que já estavam em curso na sociedade. No caso do bolsonarismo não é diferente, embora a nossa tendência seja a de acentuar o seu caráter inovador.

E não que o bolsonarismo se destaca no pensamento conservador do Brasil?

Há uma diferença que precisamos estabelecer entre conservadorismo e autoritarismo. O conservador vê no passado uma espécie de chave para o futuro da sociedade. Ele quer



conservar determinadas estruturas do passado, pois entende que essas estruturas são as melhores, ou garantem a ordem social. Já o autoritário não está satisfeito com a situação da sociedade, mas o modo como ele quer operar a mudança parte de cima para baixo. Muitas vezes ele quer fazer as mudanças para evitar a democracia.

Isso foi muito forte na tradição intelectual brasileira. O que me parece acontecer, no que chamamos de bolsonarismo, é uma composição dessas e outras linhagens. Não dá para esquecer dessa espécie de casamento entre autoritarismo do Estado, conservadorismo de algumas estruturas sociais, como a defesa de uma família tradicional como elemento de coesão da sociedade, mas também o componente neoliberal, que joga sobre o indivíduo a responsabilidade total sobre a sua situação.

Tivemos eleições domingo, e o primeiro retrato do resultado é o aumento no número de eleitos representantes de minorias, como indígenas, negros e LGBTQI. O movimento dessas minorias é parte desse processo social ao qual você se refere?

Acho que sim, identifico dessa forma. As estratégias dos movimentos sociais terão que ser outras. E a democracia é importante porque ela permite que esses movimentos da sociedade sejam ouvidos, tenham reconhecimento nas estruturas de poder.

Então você consegue promover políticas de igualdade racial ou de gênero, por exemplo. Claro que faz toda a diferença você

ter um estado democrático ou um estado autocrático, que é o que parece ser o que estamos vivendo. Mas isso não significa que os movimentos vão desaparecer. Nesse sentido, há indícios que apontam para a continuidade de determinados avanços, do ponto de vista social, envolvendo a representatividade de negros, mulheres, LGBTQI.

A área de Ciências Sociais é vítima de primeira hora do bolsonarismo. Qual é o papel da Anpocs nesse cenário?

Precisamos lidar com uma situação de retraimento de financiamento da pós-graduação e da pesquisa, e também com esses ataques. O que pretendemos fazer é um trabalho de fortalecimento do próprio associativismo que reúne os programas de pós-graduação da Anpocs.

A primeira tarefa é mobilizar os associados, criar uma agenda mais participativa, e fortalecer nossas ações. Uma segunda frente importante é tentar desenvolver uma comunicação mais exitosa com a sociedade civil. Como uma associação acadêmica, muitas vezes nós incorremos na tendência de falar para nós mesmos. Essas duas frentes vão nos ajudar a ter condições de enfrentar mais diretamente as políticas restritivas que vêm sendo implementadas em nível federal.

E como enfrentar o discurso anticiência do governo?

Pretendemos promover um diálogo mais consistente das Ciências Sociais com outras ciências. Porque esse insulamento não favorece uma ação coletiva.

Nossa agenda propositiva tem que ser voltada mais para aquilo que é comum a outras áreas, do que sobre aquilo que nos diferencia. Parte da estratégia deles é jogar uns contra os outros. Então precisamos buscar uma resposta que passe pelo fortalecimento da cooperação. Não apenas do diálogo, mas da cooperação com outras áreas.



MEIO AMBIENTE NO TAMO JUNTO

ELISA MONTEIRO
elisamonteiro@adufrrj.org.br

Não será tão fácil para o ministro Ricardo Salles passar a “boiada” e enfraquecer a proteção ao meio ambiente no Brasil. A mensagem de otimismo é do professor Fábio Rubio Scarano, convidado especial do Tamo Junto, o bate-papo virtual organizado pela AdUFRJ, no último dia 13. Docente do Instituto de Biologia, Fábio compartilhou preocupações, mas também afirmou que o atual retrocesso na pasta “não acabará com a política ambiental consolidada no país nos últimos 30 anos”.

Em relação à Amazônia brasileira — cerca de 60% da Amazônia — Scarano destaca a regulamentação gradual das atividades econômicas no sentido de enraizar “práticas legais na região”. Um exemplo está no Código Florestal, aprovado em 2012. Em teoria, quase 50% da Amazônia são protegidos, 20% são cidade e 30% são terras devolutas (terras públicas sem destinação, por vezes irregularmente ocupadas).

Mas na prática, segundo o professor, há dois problemas não resolvidos, o primeiro diz respeito ao extrativismo irregular na floresta. Já o segundo nó corresponde à disputa fundiária em terras devolutas: “Essas 30% atendem basicamente à especulação imobiliária. Colocam meia vaca por pasto e deixam ali esperando que alguma coisa aconteça para valorizar a terra”.

“As projeções são de chegarmos a 2050 com dois graus a mais na temperatura média do planeta, o que significa degelo e aumento do nível da água com a maior parte da população vivendo em regiões litorâneas”, reforça o ambientalista em relação às mudanças climáticas. E completa o raciocínio com otimismo: “Alguns não acreditam em acordos globais, dizem ser bobagem, mas o que percebemos é um entendimento maior sobre a questão”.

RESULTADOS DO 1º TURNO MOSTRAM AVANÇO DA REPRESENTATIVIDADE DAS MINORIAS

Mesmo em um cenário de profundo retrocesso, as eleições municipais mostraram alguns avanços para grupos minoritários do Brasil. Nas prefeituras e, principalmente, nas câmaras de vereadores, houve aumento no número de eleitos negros, LGBTQI, indígenas e quilombolas. Destaque para Duda Salabert (PDT), professora trans e vereadora mais votada de Belo Horizonte, e Erika Hilton (PSOL), transativista negra, sexta mais votada em São Paulo. Os indígenas elegeram 149 representantes pelo país e, em São Gabriel da Cachoeira (AM), ocuparam dez das 13 vagas na Câmara de Vereadores. A cidade de Cavalcante (GO) elegeu Vilmar Kalunga (PSB), liderança quilombola, para a prefeitura.

LGBTQI

Pelo menos **78** vereadores gays, lésbicas, bissexuais ou trans foram eleitos.

Em **2016** foram **25**.

NEGROS

32% dos prefeitos eleitos no primeiro turno são negros. Em **2016**, o percentual foi de **29%**.

Os negros representam **44%** dos vereadores eleitos, contra **42%** em **2016**.

Foram **58** representantes de quilombolas no país.

INDÍGENAS

10 indígenas foram eleitos para prefeituras.

Foram **6** na eleição anterior. **4** deles se reelegeram. Foram eleitos **149** vereadores.

Representantes de **47** povos eleitos em **81** cidades de **21** estados em todas as regiões do país

O LEGADO HISTÓRICO DE CAROLINA MARIA DE JESUS

LIZ MOTA ALMEIDA
comunica@adufrj.org.br

No ano em que o livro “Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada” completa 60 anos de publicação, sua autora, Carolina Maria de Jesus (1916-1977), está prestes a ser reconhecida pela primeira vez como Doutora *Honoris Causa*. O título foi aprova-

do por unanimidade no Conselho de Coordenação do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) da UFRJ. A homenagem póstuma foi sugerida pela professora Susana de Casto, diretora do IFCS/UFRJ e co-coordenadora do Grupo de Pesquisa Decoloniais Carolina Maria de Jesus. “É um resgate de uma autora que as novas gerações precisam conhecer. Talvez a importância do título seja dar o reconhecimento que ela merece no campo das artes e letras”, diz Susana. O parecer que concede o título à escritora foi assinado pela Comissão Acadêmica do Conselho, composta pelos conselheiros Maria Muanis, Maria de Fátima Galvão, Jeane Alves da Silva, Miriam Krenzinger e Vantuil Pereira. A indicação ainda precisa ser aprovada no Conselho Universitário.

“É uma sociedade que foi construída no apagamento cultural das contribuições literárias, políticas e culturais dos intelectuais negros e das mulheres de maneira geral. Não só a Carolina, mas muitas autoras intelectuais mulheres que foram silenciadas na história precisam desse resgate. Não um resgate identitário, mas sim pela contribuição literária delas, que é importante para entendermos esse país e passarmos isso para as novas gerações”, salienta Susana.

Mulher, negra e pobre, Carolina Maria de Jesus foi uma autora improvável. Nasceu em 14 de março de 1914 em Sacramento, Minas Gerais, em uma comunidade rural, filha de João Cândido e Dona Cota, ambos analfabetos. Frequentou o Colégio Allan Kardec, de orientação espírita, até o 2º ano do Ensino Fundamental. Em pouco tempo, aprendeu a ler e escrever e desenvolveu o gosto pela leitura. Por sua persistência com os livros, deram-lhe a alcunha de “louca”. Em 1937, após a morte da mãe, ela se mudou para São Paulo. Aos 33 anos, desempregada e grávida, iniciou sua jornada.

“O que percebemos ao ler e estudar a obra dela é um perfil de fronteira, portanto decolonial”, afirma Susana, para quem a história colonial pode ser vista como uma história de derrota ou fracasso dos povos que foram oprimidos e escravizados, mas sim como uma luta de resistência. “Nesse aspecto, Carolina é negra e mulher em um Brasil que ainda estava se refazendo de toda

a violência que significou a escravidão. Ela não é oprimida exclusivamente. Ela é uma lutadora. Uma mulher que criou três filhos e que continuou escrevendo”, conta. Carolina nunca aceitou que a colocassem num lugar que ela mesma não quisesse estar. Sua vida de trabalhadora braçal, que vai de babá a empregada doméstica, de cozinheira a operária de fábrica, a faz tornar-se uma peregrina.

Ela morava na favela do Canindé, localizada às margens do Rio Tietê, na Zona Norte da capital paulista, quando começou a trabalhar como catadora de papel. Entre os cadernos, buscava os que estavam em melhores condições para, nas horas vagas, registrar o seu cotidiano. Dificuldades diárias para garantir comida, preconceito racial, problemas com vizinhos e com a educação dos filhos eram alguns dos temas desses cadernos, escritos em linguagem simples. Em 1958, o jornalista Audálio Dantas e Carolina se encontraram no Canindé e os 20 cadernos de anotações viraram seu primeiro e mais famoso livro, o “Quarto de despejo”.

Após a publicação e o sucesso, a autora se mudou para Santana, bairro de classe média da capital. Três anos depois, publicou o romance “Pedacos de Fome” e o livro “Provérbios”. Carolina nunca quis se casar e cuidou só dos filhos João José, nascido em 1948, José Carlos, de 1949, e Vera Eunice, de 1953, cada um de um relacionamento diferente. Morreu em fevereiro de 1977, aos 62 anos, de insuficiência respiratória. Outras seis obras foram publicadas após sua morte, compiladas a partir dos cadernos e materiais deixados pela autora.

Para Mariana Patrício Fernandes, professora adjunta no Departamento de Ciência da Literatura da UFRJ, Carolina tinha na escrita uma maneira de não morrer. “Não só fisicamente, mas não morrer como pessoa, de afirmar o seu lugar e a sua singularidade no mundo. O seu direito de existir passa também pelo direito de escrever”, afirma. Depois da publicação do primeiro livro, Carolina continuou na batalha para ser publicada, mesmo com os editores tentando convencê-la a não publicar mais. “Ela mesmo pagou pela publicação dos outros livros dela, porque era uma necessidade de vida”, diz. Hoje em dia, existe um consenso da força literária da escritora Carolina Maria de Jesus, e também um reconhecimento do que havia de racismo e preconceito no questionamento do valor literário de seus escritos.

Vantuil Pereira, coordenador do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas em Direitos Humanos do NEPP-DH da UFRJ, ressalta que o reconhecimento é uma ação de reparação histórica e, ao mesmo tempo, um olhar para o passado e para o futuro. “Essa reparação tem a ver com um processo histórico de racismo que se construiu ao longo de 400 anos de escravidão e, no caso do Brasil republicano, de um processo combinado de exclusão social, de exclusão da identidade nacional e do branqueamento da sociedade. Esses três pilares constituíram uma divisão onde, por exemplo, um negro não ocupava um lugar de relevo na Literatura”, afirma. Para Vantuil, o título representa um avanço político da pauta racial brasileira no século 21. Carolina, que dizia que o Brasil deveria ser governado por alguém que já passou fome, está perto de um novo atributo: mulher, negra, escritora, favelada e... Doutora *Honoris Causa*.

> Autora de ‘Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada’ tem sua obra revisitada e é indicada ao título de Doutora *Honoris Causa* da UFRJ. Especialistas destacam papel da escritora contra o preconceito racial

DOCENTES NEGROS SE REÚNEM E QUEREM OCUPAR ESPAÇOS

Na última terça-feira (17/11), um grupo de 30 docentes negros se reuniu, pela primeira vez, para dialogar sobre os desafios das relações raciais na universidade e o papel deles no enfrentamento ao racismo institucional. O encontro por videoconferência foi organizado pelo professor Vantuil Pereira, do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos (NEPP-DH). Estiveram presentes professores do CFCH, CCMN, Macaé, CT, que marcaram

um próximo encontro para o dia 15 de dezembro, às 18h.

Depois de ler “O Poder Negro”, de Stokely Carmichael, Vantuil reconheceu a necessidade de as pessoas negras ocuparem espaços políticos na sociedade. “É preciso expressar o poder negro, ele não pode estar invisibilizado”, disse. “Precisamos ocupar espaço estrutural. Um caminho para mudar o racismo é ocupar e mudar a cultura das instituições, sem ter ilusões sobre mudar o

sistema como um todo”, afirmou. Para o professor, o primeiro passo já foi dado com a presença deles, docentes negros, na universidade. “O segundo é ocupar os espaços institucionais, como congregação, CEG, CEPG, Consuni”, acredita. Na reunião, foi divulgado o formulário de uma pesquisa desenvolvida por Vantuil, que está traçando o perfil Étnico-Racial/Gênero dos Servidores, Docentes e Técnico-Administrativos em Educação da UFRJ.

Em depoimento emocionado, a professora associada do Departamento de Metodologia da Enfermagem, Maria da Soledade, agradeceu pelo encontro. “A gente

está aqui se reconhecendo. As vezes entramos em alguns espaços e não olham para a gente como preto também. Precisamos nos equilibrar e ver que estamos juntos, um para o outro”, reconheceu. Alzira Guarany, professora adjunta da Escola de Serviço Social, também expressou gratidão. “É uma universidade branca no nível docente, mas que bom essa iniciativa”, disse. “Que a partir daqui a gente consiga nos reunir e pensar ações de fortalecimento e de visibilidade lá dentro. Essa universidade branca nos torna invisíveis. Que bom reconhecê-los, irmãos presentes nessa universidade”, agradeceu.

Fabio Pereira, do Departamento de Engenharia Química, lembrou que nenhum dos cursos do Centro de Tecnologia (CT) possui cotas para professores. “Somos dois ou três de 120 professores no total. A gente por muito tempo ficou avesso a discutir questões raciais. Isso não é assunto que se abre na Engenharia, na Física ou na Matemática”, explicou.

A UFRJ foi uma das universidades que mais demorou a aderir às cotas, já que o tema não passou pelos conselhos universitários e só virou uma realidade após a Lei Federal de Cotas (Lei Nº 12.711), de 29 de agosto de 2012. **(Liz Mota Almeida)**